

Colorindo a luta em defesa do território

Mediante a conjuntura sócio-política que atravessamos no Brasil, sobrevivemos em tempos difíceis. Os últimos anos nos mostram, mais uma vez, a face antipopular, antidemocrática e antinacional da elite política e econômica brasileira. Com os golpes dos últimos anos em nossa tão recente democracia - essa conquistada sob o derramamento de sangue de nossos povos - instaurou-se um ciclo de retrocessos dos direitos e acesso a políticas públicas pela classe trabalhadora. Bem como o comprometimento da soberania nacional face ao extremismo, aos ataques aos direitos sociais e trabalhistas, ao desmonte da educação, da saúde, da ciência e da proteção ambiental. Cenários de fome, desemprego, pobreza, falta de perspectiva e violência infelizmente tornaram-se a tônica predominante e recorrente em nossa sociedade.

Tendo em vista o aumento e avanço do conservadorismo no Brasil, esse amplamente defendido e institucionalizado nas diferentes esferas de gestão e governo em território nacional, destacamos a re-existência e enfrentamentos vivenciados pelos povos indígenas, população LGBTI+, quilombolas, negros/as, camponeses/as, mulheres e outros grupos que são historicamente estigmatizados e inferiorizados. No contexto dos povos indígenas, a realidade torna-se diariamente um campo de lutas e resistências diante da invisibilidade, marginalização e violência direta e indireta sobre nossos corpos.

Diante do cenário em que os povos indígenas sempre presenciaram desde a invasão de nossas culturas e de nossos corpos, é fundamental olharmos para o passado e nos atentarmos ao contexto violento que assola nossas existências e que roubou de nós e ainda tentam, muito de nossa pluralidade cultural. O entendimento da pluralidade de gênero e sexualidade, estão dentro deste combo que tentam aniquilar de nós; a morte do indígena Tupinambá Tibira, em 1614, marca este início de tentativas de aniquilamento sobre nossos corpos e que ainda hoje reflete nas violências cotidianas em que nós, indígenas LGBTI+ sofremos dentro e fora de nossas comunidades.

Nesse sentido, reunimos parentes de diversos povos do Brasil e trazemos para o Acampamento Terra Livre 2022, a nossa voz, para somar na luta por território, dignidade e proteção de nossos corpos. Fomos até o presente momento, silenciados e invisibilizados, mas estamos aqui reunidos para trazer nossas demandas, arrebeitar as correntes que nos prendem, trazendo o som dos nossos maracás e tambores para gritar por liberdade e afirmar que nossa

luta caminha em consonância com as pautas do movimento indígena como um todo. Firmar que estamos juntos na luta com nosso povo, lideranças e organizações em favor da demarcação de nossos territórios e respeito às nossas tradições, lutando contra qualquer tipo de retrocesso, retirada de direitos e tentativas de dominação sob os povos indígenas deste território que nos foi tomado.

Não aceitamos o avanço capitalista e mercantilista representados pelo interesse do agronegócio, mineração, madeireiros, grileiros e os mais diversos tipos de especuladores em nossos territórios, explorando nossa biodiversidade, violando o direito de ser e existir de nossa gente. Reafirmamos que sempre estivemos aqui, sempre existimos enquanto indígenas LGBTI+ e lutamos contra essa sociedade que ainda mantém as raízes profundas da colonização.

Levando em consideração a realidade do Brasil, — o país que mais mata pessoas Travestis e Transsexuais no mundo, registrando pelo menos uma morte por LGBTIfobia a cada 23 horas — falar da existência de corpos indígenas LGBTI+ denunciar a dupla violência que sofremos cotidianamente. É falar de sobrevivência.

Vivemos tempos em que tratores e colheitadeiras desgovernadas, ensandecidas, atropelam e matam indígenas, negros e negras, sem-terra e sem-teto, LGBTI's, jovens, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas com deficiência. Em que a terra e a Terra são sacrificadas em nome do capital, tornou-se um produto neste sistema capitalista. Um dos objetivos do nosso manifesto é tornar mais visível a questão da sexualidade e gênero não normativos no contexto indígena, porque a falta de representatividade causa estranhamento e não reconhecimento, conseqüentemente, abre espaço para que haja repressões sobre nós.

Nós, enquanto movimento social precisamos lidar de forma ética e justa com a diversidade existente em nossos corpos-territórios. Não podemos reproduzir a lógica de deslegitimação e violência dos não indígenas com a pluralidade de nosso povo, pois o mundo branco já possui demasiadamente manchas vermelhas de nosso sangue diante da repulsa e racismo que sofremos por eles. Essa é uma pauta necessária e urgente. Não podemos tolerar o racismo! Basta de LGBTIfobia! Basta de violência!

O racismo é um obstáculo enfrentado pelos indígenas, isso é fato. Quando os indígenas pertencem à comunidade LGBTI+, outro marcador social, a estigmatização aumenta. O suicídio, por exemplo, é uma realidade presente entre muitos povos indígenas e entre a comunidade LGBTI+. Quando esses dois marcadores se entrelaçam, esse índice pode ser ainda maior. Um exemplo desse cenário é o caso de Brenda Koge, uma trans do povo Boe (Bororo) que partiu aos 22 anos, em maio de 2020. A partir desses casos de LGBTIfobia

contra indígenas, percebemos a urgência de levantar e discutir essa pauta. Por mais que o racismo e LGBTIfobia não aconteçam como em séculos passados, ainda existem, porém, de forma mais velada. Diante disso, é preciso combater.

Os indígenas LGBTI+ estão ocupando cada vez mais espaços, seja nas redes sociais ou fora delas. O Coletivo Caboclas e o Coletivo Tibira, que por meio do Instagram, discute, reflete e traz vivências a partir da identidade de gênero e sexualidade em contexto indígena. O deste segundo coletivo faz referência ao primeiro caso de “homofobia” registrado no Brasil, ocorrido em meados do século XVII, de acordo com os registros histórico-antropológicos. Porém, é necessário aumentar e impulsionar esse debate. Em alguns casos, a sexualidade dissidente entre povos indígenas é vista como uma perda cultural, na maioria dos casos pela visão dos não indígenas, mas também dos próprios indígenas.

Atualmente, vários indígenas LGBTI+ ocupam as redes sociais, propagam informações e geram contribuições para o combate à preconceitos. Informações sobre a Terra, os territórios, as culturas, a saúde, a educação, as artes e entre outras. Sabem do valor fundamental da terra/território para a sobrevivência e a preservação das práticas culturais dos povos indígenas. Sabem também da importância da implantação da discussão sobre gênero e sexualidade nas aldeias, nos territórios.

A pluralidade étnica no Brasil é gigante, com vários povos e em diferentes regiões. Por mais que a sexualidade em contexto indígena seja tratada de forma distinta a partir de cada povo, percebe-se um aumento muito significativo em relação ao empoderamento e visibilidade dessas pessoas, após o início da discussão da temática. Acreditamos que é perceptível também a diminuição das práticas ofensivas e carregadas de preconceito, assim substituídas pelo respeito. Vemos que é necessário formar mais pessoas para debater e propagar informações sobre as pluralidades indígenas, entre elas a discussão sobre identidade de gênero e sexualidade, para participar de movimentos sociais pelo direito à cultura, igualdade, território, como ser indígena e também da comunidade LGBTI+. Por fim, usar todas as ferramentas e instrumentos que eram considerados dos não-indígenas a favor da existência e resistência indígena.

Tire seu preconceito do meu caminho que quero passar com o meu cocar.

INDÍGENAS LGBTI+ DO BRASIL